

ACORDOS MUNDIAIS ESTABELECIDOS NA RIO-92: UMA REFLEXÃO DO PANORAMA ATUAL

Suelen Regina Patriarcha-Gracioli¹

Resumo: A Rio-92, considerada o maior evento internacional sobre meio ambiente, apresentava como objetivo a avaliação das mudanças sobre as questões ambientais ocorridas no mundo desde a Conferência de Estocolmo em 1972. Após a Rio-92, aconteceram outros eventos que abordavam questões socioambientais, como a Rio+5, Rio+10 e Rio+20. Objetivou-se nesse trabalho realizar uma reflexão crítica sobre os avanços de dois dos principais acordos mundiais estabelecidos e assinados na Rio-92: a Agenda 21 e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Observou-se, que poucos avanços ocorreram desde a referida Conferência e que muitas questões precisam ser consideradas pelos chefes de Estados.

Palavras-chave: Socioambiental; Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável.

¹Mestre em Ensino de Ciências. Especialista em Educação Ambiental. Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Unigran Capital, Campo Grande, MS. E-mail: suelenpatriarcha@yahoo.com.br

Introdução

Em 1992 a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Esse encontro, que ficou conhecido como Rio-92 ou Eco-92, aconteceu em junho daquele ano e contou com a participação de 179 países.

Considerado o maior evento internacional já realizado sobre o meio ambiente, até aquele momento (KOHLEK; PHILIPPI JR, 2005), a Rio-92 teve como objetivos principais: verificar as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo em 1972, por meio de um diagnóstico da situação ambiental mundial; aprimorar a legislação ambiental internacional; apontar técnicas regionais e globais para ações adequadas considerando as principais questões ambientais; sugerir estratégias de ações nacionais e internacionais para a proteção ambiental por meio de políticas de desenvolvimento sustentável; promover estratégias de desenvolvimento sustentável; examinar técnicas de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento (DIAS, 2004).

Reconheceu-se nessa conferência a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento então vigente, e o desenvolvimento sustentável passa a ser visto como um modelo novo a ser buscado, reconhecendo a Educação Ambiental como um processo estratégico desse modelo. Os subsídios temáticos para essa conferência foram fornecidos pelo relatório "Nosso Futuro Comum" (REIGOTA, 2006) ou "Relatório Brundtland", que apresentava um estudo sobre os problemas ambientais mundiais após 10 anos da Conferência de Estocolmo. A comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, responsável pela elaboração desse documento, foi chefiada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland e o Relatório só foi divulgado em 1987. Para Reigota (2006), a partir desse relatório o conceito de desenvolvimento sustentável - aquele que atende às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras - se torna mais conhecido e se enfatiza a importância da educação ambiental para uma possível solução dos problemas. O Relatório Brundtland, já permitia uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento dos países desenvolvidos e no qual os países em desenvolvimento se espelhavam, não considerando a capacidade do ecossistema em relação uso de recursos naturais.

Diante desse cenário, ao término da Rio-92, foram acordados alguns importantes documentos em prol do meio ambiente e das necessidades e interesses comuns dos governantes e sociedade civil, como: a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre as Florestas, as Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Diversidade Biológica (KOHLEK; PHILIPPI JR, 2005).

Passados 20 anos da Rio-92, alguns questionamentos se tornam pertinentes. Quais os avanços promovidos pelos documentos assinados nessa Conferência, no cenário mundial? O Brasil tem se esforçado para cumprir as metas desses documentos?

Dessa maneira, o objetivo desse trabalho foi realizar uma reflexão crítica de dois dos principais acordos mundiais estabelecidos e assinados na Rio-92 em uma perspectiva atualizada. Dos acordos mundiais firmados durante a Rio-92, serão abordados nesse trabalho a Agenda 21 global e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A Agenda 21 e o Estado da Arte

A Agenda 21 Global - o principal registro da Rio-92 (KOHLEK; PHILIPPI JR, 2005) - apresenta-se em 40 capítulos. Pode ser definida como um plano ou planejamento proposto para auxiliar na construção de sociedades sustentáveis, considerando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, a fim de contribuir para o gerenciamento global necessário. Apresenta-se com o principal objetivo de promover um novo padrão de desenvolvimento - desenvolvimento sustentável - em uma perspectiva global. A denominação da Agenda 21 foi motivada pelo desejo de mudança do modo de desenvolvimento daquele momento para um desenvolvimento mais sustentável a partir do século XXI (MMA, 2013a).

Os 40 capítulos da Agenda 21 se encontram divididos em quatro seções enfatizando os grandes dilemas da humanidade (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997).

Segundo Kohler e Philippi Jr (2005), a seção I se refere às questões econômicas e sociais em relação à pobreza e ao meio ambiente. Trata-se da necessidade de mudanças nos padrões de consumo; integração das questões do meio ambiente nas decisões dos governos; implantação de forma integrada de programas ambientais e desenvolvimento local considerando as questões regionais e demografia; combate a pobreza e promoção da saúde humana.

A seção II mostra os desafios de contemplar a conservação e a gestão dos recursos naturais (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997). Para Kohler e Philippi Jr (2005), indica a forma apropriada de uso dos recursos naturais, em concordância com a proteção atmosférica e o gerenciamento desses recursos.

Já a seção III é dedicada as diferentes formas de apoio aos grupos sociais organizados. De maneira enfática é ressaltada a importância de um governo sustentável, com a necessária participação de todos da sociedade - organizações, sociedade civil, governos - na busca de gestão ambiental e social (KOHLEK; PHILIPPI JR, 2005).

Por fim, a seção IV relata os meios de implementação da agenda 21, que segundo Kohler e Philippi Jr (2005) são orientações quanto aos recursos e maneiras de implementação e também a prioridade das instituições quanto à viabilidade das políticas de desenvolvimento.

A Agenda 21 apresenta-se como um documento que fornece subsídios e orientações para iniciativas e ações na busca de melhor qualidade de vida ambiental para todas as formas de vida do planeta, assim como a busca de um desenvolvimento mais sustentável. No entanto, segundo Cordani, Marcovitch e Salati (1997), esse documento falha em não atribuir metas a serem alcançadas pelos países. Para esses autores, a ausência de metas, torna difícil a avaliação periódica dos pressupostos propostos pela Agenda. Embora considerem insuficientes, os autores reconhecem que avanços ocorreram no período de 92 a 97, período analisado por eles. Em 1997 ocorreu em Nova York a Rio+5 (SENADO FEDERAL, 2012), evento que marcava os últimos cinco anos após a Rio-92 e tinha como propósito avaliar o progresso alcançado nesse período.

Dentre os avanços promovidos pela Agenda 21 e identificado na Rio+5 cita-se: crescimento do processo de globalização do mercado de capitais e do investimento externo; diminuição da taxa de crescimento populacional mundial. Com relação aos atrasos, nesse mesmo período, citam-se os padrões de consumo da média da população mundial e os níveis de pobreza continuam elevados e insustentáveis; a desigualdade de renda e a degradação ambiental se ampliam no panorama global (KRANZ; MOURÃO, 1997 *apud* KOHLER; PHILIPPI JR, 2005).

No Brasil, entre os avanços ocorridos nesse período, merecem destaque: a conservação ambiental que passa a fazer parte dos discursos dos governantes, empresas, universidades, organizações e sociedade civil, na busca do equilíbrio com meio ambiente; o retorno do uso de matéria-prima natural pelas empresas para facilitar a reciclagem quanto ao final de sua vida útil; a criação da Associação Nacional dos Municípios em Meio Ambiente (ANAMMA) e adoção de políticas públicas apropriadas voltadas a conservação ambiental (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997).

Em 2002, dez anos depois da Rio-92, a ONU realiza em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10. O objetivo foi revisar as metas da Agenda 21 estabelecida desde 1992, além de identificar e centrar os esforços nas áreas mais carentes de investimentos para a possível implementação das medidas citadas na Agenda (SENADO FEDERAL, 2012). A preservação ambiental em prol das gerações futuras sempre foi o foco do desenvolvimento sustentável, idealizado desde a Rio-92. Segundo Kohler e Philippi Jr (2005), o principal objetivo dessa reunião foi definir objetivos e prazos para o cumprimento da proteção do meio ambiente.

A Rio+10 focou suas discussões em: esforços governamentais para redução da pobreza e proteção do meio ambiente nos países pobres para uma possível implementação da Agenda 21; reuniões paralelas com temas ligados a pobreza, meio ambiente, gênero e direitos humanos; proteção da biodiversidade e substituição de 10% da matriz energética por fontes renováveis (KOHLER; PHILIPPI JR, 2005).

Concordou-se naquela reunião com a redução pela metade até o ano de 2015, a porcentagem de pessoas em extrema pobreza. No entanto, apesar das discussões, a reunião terminou sem estabelecimentos de prazos e metas para o cumprimento das exigências estabelecidas pelos países participantes (KOHLER; PHILIPPI JR, 2005) e foi considerada frustrante devido a poucos resultados práticos (SENADO FEDERAL, 2012).

Como resultados positivos da Rio+10 pode-se destacar a crescente participação da sociedade civil, por meio de grupos organizados, em defesa dos interesses específicos como a universalização de saneamento básico, transporte em metrô e trens rápidos nos grandes centros, democratização do acesso a Justiça, ensino de qualidade e integral, projetos de energia limpa (SENADO FEDERAL, 2012).

Segundo Kohler e Philippi Jr (2005), até aquele momento, de acordo com levantamento realizado para o evento Rio+10, houve progressos quanto à implementação da Agenda 21 Local (Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, no qual dispõe as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos) em todo o mundo. O levantamento identificou dezoito países que desenvolviam a Agenda 21 Nacional (documento que define os meios de implantação e as responsabilidades do governo e dos outros setores da sociedade local). São eles: África do Sul, Austrália, China, Japão, Coreia do Sul, Mongólia, Sri Lanka, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Islândia, Itália, Noruega, Reino Unido, Suécia, Turquia, Equador, Peru. O Brasil foi incluído na lista após a conclusão do estudo, pois só finalizou sua Agenda 21 após o levantamento realizado. Dessa forma, dezenove países até aquele ano, já haviam implementado a Agenda 21.

Em junho de 2012, aconteceu a Rio+20. O objetivo dessa reunião foi de renovar a participação dos países quanto ao compromisso de um desenvolvimento sustentável. A reunião teve por propósito realizar um balanço dos avanços ocorridos no mundo em termos ambientais e sociais desde a Rio-92, levantar ações para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta, assim como as ações dos governantes na busca desse objetivo, discussão sobre práticas efetivas para erradicar a pobreza; a importância e os processos da Economia Verde.

Segundo o relatório "O Futuro que Queremos" da ONU, os países participantes da Rio+20 se comprometem a dar prosseguimento na

implementação da Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Agenda 21, firmados desde Rio-92. Os participantes reconhecem a necessidade de reforçar o desenvolvimento sustentável global (ONU, 2012).

O mesmo relatório retrata, entre outros questionamentos, que houve progresso na implementação da Agenda 21 durante os últimos 20 anos, mas reconhece o retrocesso de muitos pontos. Cita as múltiplas crises inter-relacionadas (financeiras e econômicas), perda da biodiversidade, mudanças climáticas e insegurança alimentar como exemplo negativo de ganho no desenvolvimento (ONU, 2012).

É importante citar que o Brasil, continua investindo na exploração de fontes de energia não renováveis ao mesmo tempo em que assumiu a responsabilidade na busca de fontes alternativas e sustentáveis. A monocultura continua enraizada, mesmo diante de diferentes alternativas de uso do solo, com menor investimento e menor custo de manutenção.

A Rio +20 foi considerada decepcionante por muitos estudiosos, pois, não questionou em muitos momentos os atuais padrões de produção e consumo da humanidade e ignorou temas como justiça socioambiental e direitos humanos, tão pertinentes na atualidade.

De forma objetiva pode-se destacar que durante a Rio+20 percebeu-se que pouco havia se avançado desde a primeira Conferência em 1992. Reconheceu-se que o desenvolvimento sustentável continua sendo uma meta distante. A necessidade de redobrar os esforços para efetivar a Agenda 21 é uma realidade urgente para o bem do planeta.

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é um documento composto por 27 princípios, que foram estabelecidos desde a Rio-92. O objetivo principal desse documento é estabelecer parcerias entre os países, buscando a cooperação entre os Estados, a sociedade e os indivíduos proporcionando o diálogo de saberes. O documento visa acordos internacionais que respeitem os interesses de todos, a preservação e conservação do meio ambiente, assim como o desenvolvimento.

De modo geral, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabelece princípios que visam o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente com foco na vida humana. Retrata o direito do ser humano a uma vida saudável e produtiva (DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1992).

A visão antropocêntrica do homem prevalece nos princípios dessa Declaração. A preservação do meio ambiente, não deve ser vista como algo em benefício da vida humana e sim em benefício de todo planeta e suas diferentes formas de vida. A biosfera é composta de fatores bióticos e abióticos que de forma integrada compõem o meio ambiente. A visão de meio centrada no ser humano, favorece a ideia enraizada na mente de muitos indivíduos, de que a natureza e o meio, estão à disposição, já que ele como ser humano, tem direito a uma vida saudável e produtiva.

No Brasil a Constituição Brasileira de 1988 define melhor essa qualidade de vida a qual os seres têm direito.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2013, s/p).

A Constituição apesar de se referir ao direito de todos (Seres Humanos), nesse trecho, retrata que o meio deve estar ecologicamente equilibrado, o que por consequência também se refere a outras formas de vida.

Embora, no Brasil, existam várias leis que abordem questões relativas ao meio ambiente de forma mais integrada e menos antropocêntrica, as atitudes dos governantes e mesmo de alguns setores da indústria, sociedade civil e até organizações não-governamentais (ONG), contribui para que esse comportamento não seja alcançado. Os desastres ambientais, a falta de planejamento, o mau uso de dinheiro público e o descaso com os recursos naturais, são alguns exemplos desse comportamento inadequado e que fere artigos da Constituição de 1988 e também documentos e acordos internacionais no qual o Brasil se compromete a considerar.

A Declaração do Rio reconhece que a participação dos cidadãos nas questões ambientais favorece o cumprimento das exigências atribuídas ao país. Para que haja realmente uma efetiva participação da sociedade quanto a essas questões, são necessários movimentos sociais, que favorecem as organizações e lutas pela solução de problemas que fazem parte dessa sociedade. Isso contribui para o fortalecimento da cidadania, o direito de todos de participarem das decisões e ainda promovem avanços políticos e jurídicos.

Também se acordou na Declaração do Rio as particularidades de cada país, proporcionando a cada um o gerenciamento do seu espaço sem que haja prejuízo aos demais países ou nação.

Estabelece ainda, no Princípio 15, a proteção do meio ambiente de forma preventiva. Reconhecendo-se alguma ameaça ao meio, medidas de precaução deverão ser promovidas.

As mulheres, os jovens e os povos indígenas e suas comunidades, são abordados, nos princípios 20, 21, 22 e 23 da mesma Declaração.

Vale ressaltar que no Brasil, os povos indígenas bem como as populações tradicionais possuem seus direitos assegurados pelo decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 da Política Nacional de Povos e Populações Tradicionais. Nesse decreto essa população é definido como

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, s/p.).

Portanto, entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil, estão os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, dentre outros.

Segundo Pereira e Diegues (2010), devido à demanda global pela conservação ambiental, as comunidades tradicionais passaram a ser consideradas importantes para a área na qual estão inseridas. No entanto, os autores acreditam que assuntos relacionados a comunidades tradicionais implicam em várias discussões científicas ou políticas, pois estes conhecimentos são alvos de diversos interesses. Os autores defendem a etnoconservação como forma capaz de interromper ou diminuir a intensa destruição da natureza ocasionada pelo capitalismo, atual modelo de desenvolvimento adotado por vários países, incluindo o Brasil.

Para compreender melhor as populações tradicionais, é essencial entender sua cultura que é profundamente dependente das relações de produção e de sobrevivência, pois existe uma relação de respeito e cumplicidade de natureza, o que reflete diretamente na preservação ambiental da área na qual essas populações estão inseridas.

No entanto, essa relação entre as populações tradicionais e o meio ambiente só é positiva quando há possibilidade de manter o progresso humano, de maneira permanente por muito tempo. A pobreza e a miséria são inimigas do meio ambiente, pois, diante muitas vezes das necessidades de sobrevivência, muitas famílias tradicionais são obrigadas a agredirem o meio ambiente. Dessa

forma, o caminho é firmar um desenvolvimento econômico sustentável, incrementar a oferta de alimentos, a renda real, os serviços educacionais, os cuidados com a saúde, etc. O desenvolvimento destes projetos sustentáveis exige a organização social das populações para que o processo seja plenamente participativo e as comunidades se sintam engajadas e responsáveis pela conservação dos recursos naturais (IBAMA, 2013).

É importante o reconhecimento dessas populações tradicionais e a identificação de seus conhecimentos, pois normalmente são ou foram produzidos em áreas com elevado grau de biodiversidade. Nesse sentido, esses conhecimentos trazem muitos benefícios e contribuições para a compreensão do funcionamento destes sistemas complexos e consequentemente melhoria da administração e proteção dessas áreas e comunidades. É importante ainda ressaltar que a proteção das comunidades tradicionais também contribui para a proteção das áreas naturais na qual elas estão inseridas, já que apresentam um modo de vida bastante capaz de equilíbrio com a natureza (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

É inegável, seja por meio de suas crenças, de seus costumes, seus valores e seus conhecimentos, a contribuição desses povos para a conservação de áreas naturais. É importante ainda, o efetivo incentivo a participação dessas populações na elaboração de leis e também políticas de conservação e permanência dessas comunidades em suas áreas originais.

Desse modo, a partir do exposto, pode-se perceber que a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, é documento que ainda se mostra bastante atualizado. Esse retrato revela que as questões ambientais, sociais e políticas necessitam ainda de mais atenção e exige maior empenho dos chefes de Estado.

Não bastam as reuniões e tentativas de acordos, não bastam documentos que estabeleçam normas, não bastam as constantes tentativas de abordagem das questões ambientais nos Planos de Governos. Existe uma real necessidade da inclusão das questões socioambientais nas ações governamentais. Precisa-se de empenho dos chefes de Estado e também de todos os setores da sociedade no compromisso assumido desde a Rio-92.

O esgotamento dos recursos naturais é uma realidade. Os avanços nas discussões e nos planos de ação devem ser imediatos. Requer planejamento, determinação, vontade política, engajamento da sociedade, compromisso de todos os setores para possíveis soluções quanto aos problemas socioambientais, que extrapolam o meio natural e agrega todos os fatores sociais na qual permite a denominação de sociedade.

Desenvolvimento Sustentável ou Sociedade Sustentável?

Os documentos acordados na Rio-92 promovem a ideia de desenvolvimento sustentável da sociedade. Dessa forma, acredita-se pertinente uma reflexão sobre o termo desenvolvimento sustentável, assim como o de sociedade sustentável.

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável, segundo a World Wildlife Fund (WWF, 2013), é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Pode ser entendida como o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável, depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Dessa maneira, esse conceito remete a uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

Para Diegues (1992) no desenvolvimento sustentável, a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, não apenas para a geração atual, mas também para as futuras, é um aspecto positivo. Outro aspecto positivo e fundamental é o respeito pela natureza como sendo composta de seres vivos numa perspectiva de convivência e não domínio. Essa nova ética exige o abandono da perspectiva antropocêntrica para uma visão global e biocêntrica.

No entanto, depois do termo "desenvolvimento sustentado" ter sido proposto no informe "Nosso Futuro Comum", da Comissão Brundtland ou Relatório Brundtland em 1987, várias críticas são atribuídas a concepção do desenvolvimento sustentável e sua aplicabilidade. Para Redclift (1987 *apud* Diegues, 1992) o relatório não leva em conta as contradições internas dos países em desenvolvimento, que os impedem de atingir o desenvolvimento sustentado. O autor ainda critica que no relatório, o conceito de desenvolvimento, mesmo que intitulado "sustentado" se baseia na necessidade de se atingir o grau de desenvolvimento demandado pelas sociedades industrializadas.

Sendo assim, desenvolvimento, muitas vezes, é confundido com crescimento econômico, que é dependente do consumo crescente de energia e recursos naturais, no entanto, esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro/RJ, em junho de 2012, estabeleceu um processo para se definir um novo parâmetro de indicador de desenvolvimento que levará em conta as questões ambientais. Na ocasião, a ministra do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, afirmou que *“Tanto a contabilidade como os indicadores de desenvolvimento, o indicador maior que é o Produto Interno Bruto (PIB) - soma de riquezas produzidas por cada país - não traduzem, em termos de riqueza e de custos, aquilo que é apropriação das questões ambientais”* (MMA, 2013b).

Já o conceito de sociedade sustentável relaciona-se a sustentabilidade de vida de uma comunidade, povo ou nação. Pressupõe um balanço positivo quando se confrontam as atividades que contribuem para a construção e implementação da sua riqueza social – por exemplo, respeito às minorias étnicas, extensão da previdência social, oportunidades de emprego e valorização da mão de obra e de distribuição de renda, comparativamente àquelas que causam efeitos negativos ou perversos à qualidade de vida, quais sejam: pobreza, miséria, exclusão social, etc.

Sociedade sustentável é aquela que possibilita a si mesma definir seus padrões e consumo, assim como o de bem-estar, a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Em sociedades sustentáveis, ressalta-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que norteadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política, deixando-se de lado o padrão das sociedades industrializadas (DIEGUES, 1992).

Para Robinson (1990 *apud* Diegues, 1992), o termo "sociedades sustentáveis" é mais apropriado que o de "desenvolvimento sustentável", pois é mais amplo. Para existir uma sociedade sustentável é necessária a sustentabilidade ambiental, social e política, sendo um processo e não um estágio final. Ao mesmo tempo, não se propõe um determinado sistema sociopolítico que dure para sempre, mas que tenha capacidade para se transformar.

Conclusão

Conclui-se que a partir da Rio-92 e dos documentos produzidos lá, alguns avanços foram pertinentes e necessários a sadia qualidade de vida, preservação do meio e minimização dos problemas sociais.

No entanto, a Agenda 21, definida nessa Conferência, ainda não foi implementada por todos os países que firmaram esse compromisso. Alguns pontos acordados por esse documento, ainda estão muito distantes da realidade. A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente também retrata pontos que ainda

precisam de atenção dos governantes e participação da sociedade para possíveis avanços.

Prazos e metas precisam ser estabelecidos durante essas reuniões para que possam ser alcançados e seus avanços possam ser avaliados. A falta de vontade política contribui decisivamente para lentidão no progresso de implementação de medidas preventivas quanto aos problemas ambientais e sociais.

O desenvolvimento sustentável sugerido como modelo de desenvolvimento a partir de 1992, continua distante da realidade dos países e muitas vezes, é confundido como desenvolvimento econômico, não considerando a capacidade limite de exploração dos recursos naturais. Os princípios ecológicos, como a conservação dos processos vitais dos ecossistemas, a diversidade biológica e o manejo cuidadoso dos recursos naturais, continuam sendo básicos para a reprodução das sociedades sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 Abr. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10 Mar. 2013.

CORDANI, U.G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**. n. 11, v. 29, p. 399-408, 1997.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Estudos Avançados**. n. 6, v. 15, p. 153-159, 1992.

DIAS, G.F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, jan./jun. 1992.

Revbea, São Paulo, V. 10, Nº 3: 69-81, 2015.

IBAMA. **Populações Tradicionais.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>>. Acesso em: 10 Mar. 2013.

KOHLER, M.C.M.; PHILIPPI JR, A. Agenda 21 como Instrumento para a Gestão Ambiental. *In*: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M.C.F. (Org.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005. P. 713-735.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 26 Abr. 2013a.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Conama analisa Rio+20.** Disponível em: <<http://hotsite.mma.gov.br/rio20/conama-analisa-rio20/>>. Acesso em: 20 Abr. 2013b.

ONU. Organização das Nações Unidas. **O Futuro que Queremos.** 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zer_o.pdf>. Acesso em: 27 Abr. 2013.

PEREIRA, B.E.; DIEGUES, A.C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

SENADO FEDERAL. Em Discussão! Revista de audiências públicas do Senado Federal, **Rio+5 só reitera compromissos**, Brasília, ano 3, n.11, p. 1-58, jun.2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201202%20-%20maio/pdf/em%20discussão!_maio_2012_internet.pdf>. Acesso em: 27 Abr. 2013.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

WWF, World Wildlife Fund. **O que é desenvolvimento sustentável?.** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 20 Jun. 2013.